

ARTIGO

GLOBALIZAÇÃO E “GLOBALIZAÇÕES”: *nadando na correnteza* *

Paulo Renato Baptista**

RESUMO: Globalização é a palavra da moda, empregada comumente no sentido de uma tendência inexorável das relações mundiais, econômicas especialmente. Mas esta não é sua única acepção e nem todos se submetem a pensar que esta tendência seja tão inexorável e, muito menos, tão benéfica em todo o seu espectro. E, se a correnteza é forte, isto talvez não torne inevitável que sejamos engolidos por ela mas, por certo, que precisamos aperfeiçoar nossas formas de sobrevivência...”

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; neoliberalismo; Estado; tecnologia; desemprego.

Subindo a bordo

Em todas as relações, de forma geral, há pelo menos três maneiras de enfrentar uma força muito grande que, como uma correnteza, tenda a nos levar a despeito de nossa vontade e a imprimir um rumo indesejado ao nosso movimento. Pode-se tentar lutar contra ela arriscando sucumbir; deixar que ela nos leve, esperando que advenha disto algum benefício mesmo que só momentâneo; ou então, procurando manter à vista algum objetivo estabelecido (um rumo, um ponto de referência) nadar para alcançá-lo através de movimentos oblíquos porém obstinadamente progressivos.

Vamos, por alguns instantes, supor que, de alguma forma, esta imagem se aplique à globalização que coloca a necessidade, diante da intensificação mundial das relações econômicas, comerciais, culturais, etc., de serem definidos pelos países e pelos próprios indivíduos, novos princípios de atuação.

* Trabalho originalmente elaborado para a disciplina História do Desenvolvimento Social e Econômico do Brasil, ministrada pelo Prof.Dr. Alfredo Gugliano, do Mestrado em Desenvolvimento Social da UCPel.

** Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas.

O que nos propomos, dentro dos limites deste trabalho, é fazer uma muito breve incursão dentro da já vasta literatura e alusões ao tema as quais, aliás, aumentam a cada dia. À luz desta investigação caberia posteriormente, o que apenas sugerimos, destacar princípios que pudessem fundamentar a postura de aderirmos incondicionalmente aos preceitos da *globalização*, tentarmos nos contrapor frontalmente a eles, ou procurarmos, trabalhando entre outras coisas com as nossas próprias especificidades, costurar, por dentro mesmo das relações que o fenômeno cria, possibilidades até, quem sabe, mais adequadas que estas alegoricamente colocadas em nossa imagem.

Simplificadamente é isto que, dentro do tema da *globalização*, de forma evidentemente muito preliminar, procuramos explorar.

Globalização e “globalizações”

O significado do termo “*globalização*”, tal a prodigalidade com que é empregado, exige, sem dúvida, antes mesmo de se pensar em se cogitar de qualquer tipo de postura diante do que possa representar, algumas considerações, ainda que breves.

É digno de nota o número extremamente grande de referências sobre o tema em discussões que ocupam o espaço dos meios de comunicação como poucas neste momento. Procuramos, aliás, intencionalmente buscar subsídios em fontes destes meios não acadêmicos (matérias de jornais, etc), e que, enquanto manifestações de segmentos ou de atores que se posicionam, seja defendendo ou criticando um tipo de processo admitido como “*globalização*”, de alguma forma ajudam a definir esta categoria, mesmo quando estas definições possam ser questionáveis.

Assim sendo, a *globalização* é introduzida, em primeiro, lugar como um fenômeno ligado às transformações tecnológicas, especialmente no campo da informática, das comunicações e dos transportes, que possibilita um tipo novo de inter-relação entre os países e os indivíduos, alterando valores, comportamentos, relações econômicas e afetando de forma acentuada as culturas nacionais.

Vista desta forma, ela poderia não estar vinculada de forma unívoca ao capitalismo — o ideal da aproximação e entrelaçamento entre os povos sempre foi, aliás, defendido pelo socialismo colocado como um movi-

mento progressista opondo-se aos interesses localizados, marcadamente nacionais — embora o capitalismo tenha sempre tido presente em seu horizonte o projeto de um alcance mundial, mas representaria um tipo de fenômeno bem mais complexo do que se poderia esperar de determinações muito simples e que estaria, ainda, nos seus contornos, por ser definido. Ianni(1997:198) afirma que

a problemática da globalização encontra-se ainda em processo de equacionamento empírico, metodológico e teórico. Mais que isso, apenas começa a ser percebida em suas implicações epistemológicas. Trata-se de uma realidade que pode ser vista como uma totalidade em formação. Constitui-se como um jogo de relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração de contradição, soberania e hegemonia, configurando uma totalidade em movimento, complexa e problemática. Trata-se de um universo múltiplo, uma sociedade desigual e contraditória, envolvendo economia, política, geografia, história, cultura, religião, língua, tradição, identidade, etnicismo, fundamentalismo, ideologia, utopia. Nesse horizonte, multiplicam as possibilidades e as formas do espaço e do tempo, o contraponto partetodo, a dialética singular e universal.

Ainda dentro desta visão da *globalização* como um fenômeno de abrangência e riqueza insuspeitas, capaz de alterar profundamente todas as estruturas vigentes e, portanto, portadora de um potencial modernizador ou até mesmo revolucionário, enquadra-se o seguinte comentário (Hall, 1992:28)

O que, então, está tão poderosamente deslocando as identidades culturais nacionais, agora, no fim do século XX? A resposta é: um complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo “globalização”. Como argumenta Anthony McGrew (cap.2 deste livro), a “globalização” se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. A globalização implica um movimento de distanciamento da idéia sociológica clássica da “sociedade” como um

sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na “forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço” (Giddens,1990, p.64)

As considerações anteriores, irrepreensíveis na sua generalidade e que colocam a questão contra o pano de fundo de transformações muito complexas e abrangentes não devem, contudo, num plano mais próximo, fazer esquecer ou minimizar o fato de que a *globalização*, na atual conjuntura econômica e política internacional, mesmo sem perder de vista este sentido mais amplo, apresenta uma faceta ligada muito de perto ao estágio atual do capitalismo, que atua em seus interstícios e ao qual serve de aríete para aumentar sua penetração mundial sob as mais diferentes formas, ultimamente através sobretudo das multinacionais, especialmente no tocante à expansão da lógica mercadológica construída à base de um jogo menos regrado — e mais impiedoso - das relações comerciais e das operações financeiras.

Conforme Forrester(1997: 29):

O que se pode medir hoje é a amplitude da progressão das potências privadas, devida em grande parte a das prodigiosas redes de comunicação, de intercâmbios instantâneos, aos fatores de ubiqüidade que daí decorrem e dos quais elas foram as primeiras a dispor, as primeiras a explorar, abolindo assim as distâncias e o tempo – o que não é pouco! – em seu próprio proveito

Igualmente Santos(1995:290) aponta, como traço da globalização da economia, a *primazia total das empresas multinacionais, enquanto agentes do “mercado global”*. E acrescenta:

a globalização da economia deu uma proeminência sem precedentes a sujeitos econômicos poderosíssimos que não se sentem devedores de lealdade ou de responsabilidade para com nenhum país, região ou localidade do sistema mundial. Lealdade e responsabilidade só as assumem perante os acionistas e, mesmo assim dentro de alguns limites” (..) Por outro lado, as multinacionais, dotadas de um poder de intervenção global e se beneficiando da mobilidade crescente dos processos de produção podem facilmente pôr em concorrência dois ou mais Estados

ou duas ou mais regiões dentro do mesmo Estado sobre as condições que decidirão da localização do investimento por parte da empresa multinacional. Entre partes com poder tão desigual—atores globais, por um lado, e atores nacionais ou subnacionais por outro – a negociação não pode deixar de ser desigual”.

Neste ponto não se pode deixar, portanto, de lembrar a vinculação que a globalização, de um lado, vai estabelecer com o neoliberalismo do outro.

A nosso ver, o neoliberalismo vai representar, ao nível político e econômico, a tentativa de aprisionar a *globalização* aos interesses imediatos do capital e dos grupos dominantes, colocando à margem os grupos e as ações que não se alinhem com estes interesses. Tal, aliás, é a dimensão desta “apropriação” que *globalização e neoliberalismo* tem sido, freqüentemente, vistos como expressões de uma mesmo fenômeno. E se é verdade que ambos os conceitos se colocam como distintos, nem por isto é menos perceptível que a globalização tem assumido um matiz ideológico, como uma categoria adequada, pelo tom de “modernidade” que transmite, ao discurso neoliberal.

Talvez exatamente por isto, uma parte da esquerda tenha a tendência, quem sabe também ideologicamente, de identificar globalização e neoliberalismo como faces da mesma moeda. De qualquer forma, mesmo tendo clara esta distinção e estando até certo ponto isento do viés político-ideológico, não se pode deixar de considerar, voltamos a insistir, sob pena até mesmo de nos omitirmos diante dos confrontos que estão postos, que a *globalização* se mostra também, e até pesadamente, como uma forma própria que o capitalismo e o neoliberalismo incorporaram ao seu arsenal de estratégias.

Dentro deste quadro, é possível encontrar toda uma gama de interpretações e de abordagens do fenômeno, às vezes de tal forma aparentemente díspares entre si que seríamos tentados a falar, num primeiro momento, não em *globalização*, mas em “*globalizações*”. Na nossa avaliação, aliás, é interessante, mantermo-nos atentos a todas as instâncias e manifestações em torno deste ponto, sejam elas oriundas das esferas acadêmicas ou surgidas nos mais diferentes meios (político, sindical, jornalístico, popular, etc.) até porque, exatamente pelo caráter de atualidade do tema e qualquer que seja nossa visão a respeito, não há

como ignorá-lo.

Para ilustrar melhor nosso argumento a respeito da forma como o termo pode ser incorporado a diferentes discursos com diferentes significados ou intenções, arrolamos duas manifestações colhidas exatamente junto a interlocutores que não fazem de seu emprego um exame mais crítico, mas que, de qualquer forma, aparentam ter de seu significado uma idéia muito precisa.

Jeffrey Garten (1998), por exemplo, que foi subsecretário de questões de comércio internacional do governo Clinton, num artigo intitulado *A Economia Globalizada veio para ficar*, entende que

Por duas vezes neste século a globalização pareceu ser a onda do futuro. Nas duas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial, os fluxos internacionais de dinheiro aproximavam a Europa cada vez mais dos Estados Unidos, Ásia, África e Oriente Médio. Os mercados de ações prosperavam em ambos os lados do Atlântico, e os bancos e investidores privados ocupavam-se em diversificar seus investimentos desde a Argentina até Singapura. Mas em 1914 o nacionalismo, as más políticas econômicas e a guerra levaram essas tendências a uma paralisação brutal. Na década de 1920, os investimentos estrangeiros e o comércio internacional decolaram novamente. Mas logo os mesmos fatores que liquidaram a primeira onda de globalização emergiram, abalando os laços que crescentemente uniam os países.

Será a globalização do final dos anos 90 mais consistente e duradoura? Conseguirá essa terceira tentativa de globalização resistir ao colapso asiático, ao desemprego estratosférico na Europa, à obstinada pobreza na América Latina e aos crescentes déficits comerciais nos Estados Unidos?

Pode apostar nisso. A possibilidade de guerra é remota e os dirigentes de bancos centrais aprenderam muito com seus erros. Hoje a globalização tornou-se uma parte permanente e irreversível da vida econômica.

Já um documento intitulado *Declaração da Conferência dos Povos contra a Globalização Imperialista*(Quezon, Filipinas, novembro de 1996) mostra uma visão bem distinta da questão:

capitalistas monopolistas, tendo à frente corporações multi/transnacionais

(MNCs/TNCs) respaldadas por seus respectivos estados, tem pressa em expandir e fortalecer suas regras no mundo. Eles criaram a fanfarra da “globalização com seus três elementos liberalização do comércio e dos investimentos, desregulamentação e privatização. Estes capitalistas monopolistas, invariavelmente chamados imperialistas modernos ou potências neocolonialistas, usam a globalização para tirar a si mesmos de três décadas de recorrentes recessões prolongadas induzidas pela crise do débito internacional e pela crise de superprodução

Esta visão , que vai situar a *globalização* na sua vinculação com os interesses econômicos e financeiros dos países ricos em detrimento dos países periféricos, é bem clara também em Bello (1994)

No Sul, a crise de débito de 1982, serviu como a abertura para a imposição dos programas de ajuste estrutural via Banco Mundial e FMI os quais forçaram o Sul ao recuo da intervenção do estado na vida econômica. O objetivo foi de enfraquecer os grupos empresariais domésticos eliminando as barreiras protecionistas à importação do Norte e levantando as restrições aos investimentos estrangeiros, para vencer as fracas barreiras legais de proteção do trabalho frente ao capital e integrar as economias locais mais firmemente dentro da economia mundial dominada pelo Norte.

Desnecessário dizer quão longe está o primeiro enfoque em relação aos dois últimos, embora haja relativa similitude em concordar que a *globalização* se traduz como algo que altera as relações comerciais, as relações econômicas, privilegiando mecanismos como privatizações, desregulamentações, etc. vendo-se , à luz desta interpretação mais “econômica” da globalização, de um lado vantagens colossais, do outro a ruína final. Temos aí, portanto, algo que se poderia, talvez, denominar, como muitas vezes se vê nas discussões, de “*globalização da economia*”.

Por outro lado, procura-se , dentro de uma perspectiva menos “contaminada” pelos efeitos econômicos e políticos associados à “*globalização*”, admitindo que isto seja possível, pesquisar e lançar indagações a respeito de seu significado mais amplo, mais “transcendente” em termos das implicações advindas para o próprio quadro geral das sociedades, dos países, dos indivíduos, das fronteiras geográficas e das identidades culturais. No tocante às *identidades* , dentro do contexto da

globalização, Hall (1992) desenvolve uma interessante discussão.

Dentro deste panorama nosso enfoque é de conceber a *globalização* como um fenômeno que, sem querer fazer trocadilho, “*engloba*” todas estas possibilidades ou todas estas “*globalizações*” e, em especial, incorpora também e de uma forma que exige a maior das atenções, o sentido através do qual, sobretudo, tem se manifestado e se popularizado, vinculado às implicações especialmente econômicas, políticas e sociais que acompanham a escalada neoliberal, sem que isto implique, reiteramos, deixar de lado a tradução mais ampla que o termo carrega.

Avisos aos navegantes

A *globalização*, mesmo se entendida como um fenômeno de ampliação das informações e das trocas a níveis muito ampliados (só possíveis com as novas tecnologias), vai efetivamente ganhar espaço na medida em que se enfraquecem e são substituídas por outras as estruturas preexistentes ao seu surgimento, que determinavam outras formas de regras econômicas e de poder, poder do qual os Estados detinham uma parcela considerável. Isto quer dizer que as forças que a *globalização* desencadeia, as novas relações que ela cria vão estar interrelacionadas a algum tipo de modelo político, a algum tipo de ideário econômico o qual, neste momento, é justamente aquele que mais tende a se beneficiar da quebra de barreiras que a *globalização* ajuda a derrubar, representado, sem dúvida, pela economia de livre mercado e seus defensores neoliberais. Como afirma Bello (1994):

As idéias radicais de livre mercado estiveram à volta por um longo tempo como uma alternativa ao contrato social Keynesiano de pós-guerra. No entanto, a ideologia de mercado tornou-se uma força dominante somente quando a elite política que a esposou, ascendeu ao poder do estado nos ombros de uma base social de classe média crescentemente conservadora, ao mesmo tempo em que as circunstâncias alteradas da competição econômica mundial faziam o “establishment” corporativo abandonar o consenso liberal Keynesiano em seu favor

Mesmo admitindo e até mesmo concordando que a *globalização*

pode ter seus efeitos controlados — não permitindo que sirva de instrumento sem limites nas mãos do neoliberalismo, como pretende Paulo Nogueira (por exemplo, a reserva de mercado para o cultivo de arroz no Japão, como forma de garantir mercados e preservar emprego) — a história recente, inclusive dos Estados Unidos, tem demonstrado que a força de sua “correnteza” é descomunal, ameaçando indústrias tidas como sólidas daquele país (v.g., a do transporte marítimo) que não resistiram ao assédio da concorrência enfrentada contra as chamadas “bandeiras de conveniência” que se valem, entre outros “recursos”, do pagamento de baixos salários e formas mais intensas de exploração.

Isto tudo leva ao temor de que a *globalização*, na forma da internacionalização das relações econômicas, do livre mercado e da livre concorrência pode avançar desenfreadamente sem instrumentos que estabeleçam limites ou, pelo menos, um contraponto à sua livre expansão. Alguns destes instrumentos, talvez até os mais importantes, supõe-se poderiam permanecer nas mãos do Estado. Este aspecto vamos comentar mais adiante.

De momento, vamos sublinhar alguns pontos que, como tendências bem nítidas, tem estado presente no curso da globalização dentro do enfoque que vimos privilegiando. Como “princípios” gerais observa-se:

1) enfraquecimento das políticas de bem-estar seja por dificuldades estritamente econômicas internas ao desenvolvimento do capitalismo, seja pelo que Santos (1995:290) chama de “erosão da eficácia do Estado na gestão macroeconômica”, seja, enfim, por razões outras como a deterioração dos regimes socialistas (estes aspectos, embora não sejam exatamente concomitantes ou possam ser colocados numa relação de causa e efeito imediata estão, sem dúvida, interligados);

2) aceleração dos processos de interação econômica, em todos os níveis, e em especial na esfera financeira, permitindo uma imediata transferência de recursos de um ponto a outro; este processo é facilitado, de um lado pela tecnologia notadamente no campo da informática, e, de outro, pela já citada abertura de mercados até então relativamente fechados;

3) multiplicação, como consequência dos fatores citados, numa espécie de efeito em cadeia, das políticas privatizantes e as políticas de redução de custos que passam a ser vistas como essenciais num mundo no qual predominam as regras do livre mercado e da concorrência; as

tecnologias poupadoras de mão-de-obra, que permitem ao capital se tornar mais independente do trabalho; legislações voltadas para subordinar esta mesma mão-de-obra(diminuindo, entre outras coisas, o papel dos sindicatos) à dinâmica do mercado. O *desemprego* surge como um efeito quase natural deste processo e pode-se mesmo dizer, da ótica do capital, desejável em termos de garantir a nova ordem econômica

Este efeito é tão forte e parece estar de tal forma associado à globalização que nos detemos, de passagem, a considerar alguns de seus aspectos.

Quando não há botes suficientes

O desemprego é, com toda a certeza, um dos efeitos negativos mais visíveis do fenômeno que estamos caracterizando como “*globalização*”. Ele se manifesta, em diferentes graus e de diferentes formas, em praticamente todos os países. A revista americana *Workforce* (fevereiro/97) aponta que

Aproximadamente uma de cada três pessoa no mundo está desempregada, e a Organização Internacional do Trabalho(OIT) teme que isto represente uma séria ameaça à estabilidade econômica global. De acordo com estatísticas da OIT, o número de trabalhadores pobres aumentou para cerca de 1 bilhão no mundo. Embora a maioria dos desempregados ou trabalhadores empobrecidos vivam em países pobres, subdesenvolvidos, o desemprego na União Européia alcança surpreendentes 11,3 por cento. Em contraste, a taxa de desemprego nos Estados Unidos é menor do que 5 por cento.

Em alguns países, como é o caso da França, o desemprego está provocando um novo tipo de manifestações sociais através da organização que, mais recentemente, os desempregados(“*chômeurs*”) vêm alcançando. Basicamente ele é colocado como consequência da utilização, requerida de forma muito intensa pela “*globalização*” e pela concorrência internacional, de tecnologias automatizadas e por novas formas de organização empresarial, provocando o próprio desaparecimento de determinadas funções, tornando prescindíveis grandes parcelas de traba-

lhadores. A alternativa, paralelamente à criação de mecanismos de sustento dos desempregados, através de mecanismos do tipo seguro-desemprego, seria, dentro da visão empresarial corroborada pelos governos, a reciclagem destes trabalhadores para ocuparem novas funções, através de sua capacitação para reingressarem num mercado de trabalho redimensionado, mais exigente e mais seletivo.

Colocam-se aí a nosso ver dois aspectos: 1) o desemprego, na ótica neoliberal, é uma conseqüência inevitável, natural de um processo que não pode, nem deve, ser impedido. Ao contrário, o deslocamento de um contingente significativo da força de trabalho, visto como obstáculo, é condição necessário para que ele possa avançar; 2) a alternativa, a “solução”, o paliativo para corrigir ou pelo menos atenuar o problema social decorrente, são programas específicos, sem repercussões macroeconômicas. São inúmeras as declarações feitas tanto por representantes do empresariado quanto governamentais neste sentido de modo que, sem dúvida, esta é uma visão explícita. Para nos atermos a um único exemplo, bem próximo, transcrevemos as palavras, em entrevista ao jornal *Agora* de Rio Grande (11/07/98), de Antonio Rodrigues Branco, Presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítimas (Fenammar), referindo-se ao processo de privatização do porto de Santos.

Quanto à relação capital/trabalho, o representante dos operadores portuários disse que o porto de Santos possui excesso de mão-de-obra avulsa. São 12 mil trabalhadores avulsos, provenientes de nove sindicatos, registrados no Órgão Gestor de Mão-de-Obra(OGMO). A intenção, segundo Branco, é diminuir este número para no máximo cinco mil avulsos.” A modernidade dos equipamentos exige uma redução das equipes de trabalho, e o Sopesp e o OGMO estão criando um fundo privado exclusivo para o porto de Santos, incentivando o desligamento voluntário de avulsos. Para que não ocorram problemas sociais estamos preparando um programa de treinamento e recolocação dos trabalhadores em outras atividades

O desemprego coloca-se assim não como um fator imprevisível que surge como decorrência de variáveis sobre as quais não se tem controle, mas bem ao contrário, como algo almejado, previsto,

contabilizado dentro do quadro mundial de expansão do capitalismo e de divisão do trabalho.

No caso brasileiro, em exemplos como o citado, esta lógica parece se ater ao propósito de diminuir custos para ter maior competitividade. A tecnologia empregada para este fim, não tem qualquer outro objetivo. Situação, ao que parece, um pouco diferente encontramos nos países desenvolvidos. Referindo-se à política adotada pelo governo alemão de investir em alta tecnologia, Robert Koenig (*German jobless struggle on*, The Journal of Commerce, January 20, 1998), comenta o seguinte:

O ministro de Pesquisa e Tecnologia, Juergen Ruetters, conhecido como futuro ministro, quer este caminho. Ele divulgou um informe situando a Alemanha(com 17,1 por cento) logo depois dos Estados Unidos(17,8 por cento) na proporção de bens intensivos em tecnologia dentro do mercado mundial. O Japão encontra-se no topo, com 19,5 por cento.

*Mas enquanto a Alemanha está se tornando uma nação de alta tecnologia, ela já é uma nação de alto desemprego. E as estatísticas de desemprego parecem se deteriorar a cada mês. A taxa de desemprego subiu para 11,8 por cento em dezembro, significando que 4,52 milhões de alemães estão fora do trabalho, a maior taxa na história alemã pós-guerra. O Sr. Ruetters acredita que isto é um problema de curto-prazo que cessará quando as novas indústrias de alta-tecnologia começarem a empregar, criando um ressurgimento de trabalho que será similar ao recente boom de emprego nos Estados Unidos e Grã-Bretanha(...) O sempre otimista, Sr. Ruetters encara a transição da Alemanha para as indústrias de alta-tecnologia e de serviços como “ o motor para uma surpresa no trabalho” (**job wonder**).. Mas o tipo de motor econômico que operou nos Estados Unidos não pode facilmente ser reproduzido na Alemanha na qual tradições, burocracia e forte oposição política tendem a segurar os empregos*

E muito embora registre que

Klaus Zwickel, presidente do maior sindicato laboral da Alemanha, I.G. Metall, acusa o governo e os grandes negócios de tramarem, de braços dados, destruir o delicado equilíbrio capital-trabalho da nação.

E, se este equilíbrio for perturbado, poderemos ver na Alemanha o tipo de violência de rua que preocupa no momento uma França mais volátil.

permite-se concluir:

*A longo prazo, a Alemanha fez a decisão certa ao mudar para uma economia aberta de alta-tecnologia. Se o país consegue afrouxar sua fita vermelha “ **its red tape**”, reduzir taxas e reestruturar sua rede social dentro dos próximos poucos anos, esta mudança vai eventualmente acarretar mais empregos.*

Enquanto na Alemanha e no Japão a tecnologia foi empregada para ajudar os trabalhadores a ganharem produtividade, nos Estados Unidos, ela foi usada para dispensá-los. Ao longo dos anos oitenta, as corporações quebraram o poder dos trabalhadores substituindo trabalhadores treinados bem pagos por máquinas de alta-tecnologia. Na maior parte, as corporações americanas estão enfrentando o desafio competitivo dos anos noventa continuando a estratégia dos oitenta. Enquanto as firmas japonesas mantêm-se apegadas tenazmente ao seu sistema de emprego vitalício, mesmo empresas americanas passando por bons tempos, como a Walmart e Procter and Gamble, tem abraçado o enxugamento como uma estratégia básica para manter margens de lucro

Numa visão menos otimista, o desemprego se apresenta como um elemento inseparável do processo capitalista e a inovação tecnológica, não por acaso, mas como consequência direta exatamente dos interesses que alimentam este processo, vai lhe servir de suporte. Gorz (1997: 155) inclusive defende que

a tecnologia não é simplesmente uma “imposição objetiva”: é uma jogada de uma luta pelo poder. O patronato demanda à tecnologia que ela elimine o fator humano do processo de produção, que torne tudo previsível, programável, controlável, calculável(..) em resumo, a tecnologia resolve os problemas que se lhes pede que resolva. Atualmente o patronato, a “tecno-estrutura” são os únicos a lhes pedir soluções. Quando os trabalhadores tiverem o poder de lhes demandar um trabalho interessante, agradável, que lhes permita comunicarem-se entre si, aju-

darem-se mutuamente, variar seu ritmo, ampliar seus conhecimentos, expandir suas faculdades, etc., a tecnologia, o mais das vezes, poderá satisfazer esse pedido

Sem pretender ir adiante, destacamos aqui estes pontos, relativos ao desemprego e ao emprego de tecnologia, como pontos pertinentes à discussão sobre *globalização*.

Tentando manter a cabeça fora d'água

Na medida em que se possa minimizar ou contornar os efeitos sociais negativos surgidos da *globalização* não há porque supor que ao capital interesse resolvê-los. O raciocínio ou o argumento de que, no desdobramento da economia de mercado, vão se abrir as possibilidades de melhoria das condições de vida das populações (via diminuição de preços, crescimento da produção, aumento de produtividade, etc.) não parece dar conta da enorme extensão e da gravidade dos problemas — embora o atribuído sucesso dos Estados Unidos e, mais recentemente, da Inglaterra, no caso do emprego — que este próprio sistema ao invés de resolver, ajuda a tornar mais sérios.

Cabe aqui observar que estes problemas, já extremamente preocupantes nos países desenvolvidos, podem adquirir contornos dramáticos nos países mais atrasados econômica e socialmente por força da própria subordinação ao qual estão sujeitos ao ingressar no sistema.

Como se contrapor a esta correnteza? É este um exercício possível? Acreditamos que sim, talvez ingenuamente, mas escrever um artigo já é uma demonstração desta crença. Que estratégias adotar? Certamente existem algumas. Particularmente acreditamos que o Estado tem um papel a cumprir nesta questão e não se omitir, lavar as mãos.

Para Paulo Nogueira Batista Jr. (entrevista publicada na Zero Hora em 31/05/98), isto é exatamente o que estaria acontecendo. Citando uma observação: *Qualquer coisa desagradável que ocorra é debitada à "globalização"*.

Caberia analisar, contudo, nestas declarações, o que é o pensamento do autor em relação à *globalização* enquanto fenômeno mundial ou

enquanto discordância com a forma como se posiciona o governo brasileiro, discordância que parece estar bem clara.

O que nos preocupa é, a partir dos analistas que tem se posicionado sobre a questão, saber até que ponto suas opiniões apontam para alternativas ao quadro presente. Haveria exagero em atribuir a *globalização* tantos poderes? Seus efeitos, especialmente os negativos, ocorrem apenas por nos omitirmos?

Embora, como foi dito acima, acreditemos que o Estado tenha um papel a cumprir, não seríamos tão otimistas quanto às forças que este Estado, especialmente de terceiro mundo, teria de enfrentar se do outro lado está o que até aqui estamos tentando caracterizar como “*globalização*”.

Forrester (1997:45) adverte, no tom pesado de seu livro, que

Fora do clube liberal, não há salvação. Os governos sabem disso, já que se submetem àquilo que representa, sem dúvida, uma ideologia, mas que a nega tanto mais quanto a característica dessa ideologia resulta na recusa, na rejeição do próprio princípio de ideologia!

Cabe também considerar como Garten(artigo citado) que

O casamento de tecnologia da informação e transporte foi uma importante razão para laços entre economias nacionais terem se tornado tão estreitos. Em fases passadas da globalização, os governos eram sua força propulsora, reduzindo barreiras comerciais e estabilizando moedas. Hoje, a pressão para tornar o mundo um mercado integrado vem menos dos governos do que das empresas. Os vínculos internacionais das empresas estão ficando resistentes a erupções ocasionais de protecionismo

Temos, assim, que pensar muito seriamente em relação à definição deste “*estado*”. Poderia ele representar um anteparo ao neoliberalismo e às conseqüências excludentes que ele carrega? É oportuno lembrar que dentro do neoliberalismo o Estado mantém funções estratégicas. Aliás, levanta-se a teoria de que o neoliberalismo se diferencia do liberalismo pelo fato que este último pregava a exclusão do Estado nas relações econômicas enquanto que o primeiro, embora defendendo uma economia

de mercado, procura manter um Estado, considerado mínimo, que possa justamente ser a garantia desta economia. Daí o chamado “paradoxo” colocado por Foucault. (Peters,1994:213)

A obra de Foucault fornece recursos para compreender aquilo que vou chamar de paradoxo do Estado neoliberal. O paradoxo consiste no fato de que embora o neoliberalismo possa ser considerado como uma doutrina que prega o Estado autolimitador, o Estado tem-se tornado mais “poderoso” sob as políticas neoliberais de mercado. A compreensão deste paradoxo pode ser frutiferamente obtida através da noção de governamentalidade de Foucault, na qual o poder é compreendido em seu sentido mais amplo como a estruturação do campo possível da ação de outras pessoas. Embora as políticas neoliberais de privatização dos recursos estatais e de comercialização da esfera pública possam ter levado a um estado mínimo ou, ao menos, a uma “diminuição” significativa, o Estado tem retido seu poder institucional através de uma nova forma de individualização, na qual os seres humanos transformam-se em sujeitos do mercado, sob o signo do Homo Economicus. Esta é a base para compreender o “governo dos indivíduos” na educação como uma técnica ou forma de poder que é promovida através da adoção de formas de mercado

Assim sendo quando colocamos o Estado como tendo um papel a cumprir, esta observação mereceria um maior detalhamento que foge ao escopo deste trabalho. Afinal, de que Estado estaríamos falando quando, aparentemente, em todas as suas formas conhecidas (a própria China estaria encaminhando, pelo menos em alguns aspectos, um processo neste sentido) parece correr para os braços da globalização neoliberal? Como constituir este Estado dentro das democracias representativas ocidentais nas quais, como ficou apontado, cada dia é mais forte a presença dos grandes interesses capitalistas a ponto não só de superar a influência dos próprios Estados existentes mas, inclusive, transformá-los à sua imagem e semelhança? A organização social certamente é um elemento nesse quebra-cabeça, mas dizer isto é dizer muito pouco. Na realidade, o que cabe discutir é que tipo ou tipos de organização precisam ser criados ou reativados? Partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais? Ou estão faltando alianças mais corajosas por parte dos que estão

sendo arrastados pelos fatos? Ou outras alternativas talvez ainda fujam à nossa percepção, estonteados pelo turbilhão ? Para Bello (1994):

Existe uma alternativa para a vitória negra (dark victory) do selvagem futuro global conhecido como a Nova Ordem Mundial. Contudo, trazê-la à cena vai significar eliminar sua causa central, a reestruturação da economia mundial que consolida a hegemonia do capital das corporações do Norte. Ela vai significar recorrer aos e promover os interesses comuns dos trabalhadores do Norte e do Sul repelindo os ajustes estruturais conduzidos pelas corporações. Ela vai construir através das fronteiras uma visão econômica alternativa que traga a economia de volta ao controle da comunidade. Um sistema econômico alternativo não precisa significar o fim da competição, mas apenas sua subordinação aos princípios estratégicos da cooperação, equidade e sustentabilidade. De fato, neste mundo pós-keynesiano, pós-stalinista, pós-reaganiano, o desafio dos inovadores econômicos é como casar a insuperada capacidade de promover eficiência e inovação tecnológica do capitalismo, com a tradicional preocupação dos movimentos socialista com equidade e a demanda do Movimento Verde por um novo New Deal entre natureza e sociedade. A lógica universalizante da laboral solidariedade, comunidade, equidade e sustentabilidade ecológica fornecem os fundamentos desta aliança

Ou quem sabe possamos nos inspirar nas palavras de Forrester (1997:18) quando se refere à “violência da calma” presente no mundo atual:

Não existe arma contra ela, a não ser a exatidão, a frieza da constatação. Mais espetacular, a crítica é menos radical, já que entra no jogo proposto e leva em conta suas regras que, desse modo, ela cauciona, nem que seja por oposição. Ora, ocorre que “desarmar” representa, pelo contrário, a palavra-chave. Desarmar a imensa e febricitante partida planetária cujos valores em jogo jamais se sabe muito bem quais são, nem que espetáculo nos é dado, por detrás do qual se jogaria outro.

Vemos assim que se as palavras de ordem estão deixadas de lado

por terem perdido o antigo apelo, ou se, especialmente, parece difícil arregimentar forças para pôr de pé algum projeto que valorize o ser humano no seu todo, pelo menos é certo que, qualquer que seja o lado pelo qual decidamos enfrentar a correnteza, é preciso conhecê-la muito bem e saber nadar. Isto é tudo quanto tentamos tratar aqui um pouco.

BIBLIOGRAFIA

- BATISTA Jr. , Paulo Nogueira, jornal *Zero Hora*, 31/05/98.
- BELLO, Walden (1994) *Dark Victory of the New World Order*, People-Centered Development Forum, Oakland CA U.S.A., Institute for Food and Development Policy.
- BRANCO, Antonio Rodrigues, jornal *Agora*, Rio Grande, 11/07/98.
- FORRESTER, Viviane (1997) *O Horror Econômico*, São Paulo, Ed.Unesp.
- HALL, Stuart (1992) *The Question of Cultural Identity*: In: HALL, Stuart; HELD, S.&MCGREW,T. (orgs.) "Modernity and its futures", Cambridge, Polity / Open University. Tradução: LOURO, G.L. & SILVA,T.T. da, *A Questão da Identidade Cultural*, mimeo.
- GARTEN, Jeffrey E., *A Economia Globalizada Veio Para Ficar*, artigo originalmente publicado na Business Week, Fonte: Gazeta Mercantil, 23/03/1998).
- GORZ, André (1997) *Adeus ao Proletariado*, Rio de Janeiro, Forense.
- KOENIG, Robert, *German jobless struggle on*, The Journal of Commerce, 20/01/98
- Ianni, Octavio (1997) *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- PETERS, Michael(1994) *Governamentalidade neoliberal e educação*, in: SILVA, Tomaz Tadeu da, (org.), *O Sujeito da Educação:estudos foucaultianos*, Petrópolis, Vozes.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1995) *Pela mão de Alice*, São Paulo, Ed. Cortez.